

N. F. Nº - 298948.0122/22-9  
NOTIFICADO - COMERCIAL CREMA E REPRESENTAÇÕES LTDA.  
NOTIFICANTE - PAULO ROBERTO CAMPOS MATOS  
ORIGEM - DAT METRO / IFMT METRO  
PUBLICAÇÃO - INTERNET 12/06/2023

**2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL****ACÓRDÃO JJF Nº 0101—02/23NF-VD**

**EMENTA:** ICMS ANTECIPAÇÃO PARCIAL. FALTA DE RECOLHIMENTO. TRÂNSITO MERCADORIAS. Falta de recolhimento do ICMS Antecipação Tributária Parcial. Contribuinte comprovou que as mercadorias constantes nos DANFES são produtos veterinários de uso na agropecuária e isentas para comercialização dentro do Estado da Bahia, conforme art. 265, inciso CXVIII do RICMS/BA. Infração insubsistente. Notificação Fiscal **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

**RELATÓRIO**

Trata-se de Notificação Fiscal, lavrada em 24/10/2022, no Posto Fiscal Honorato Viana, em que é exigido o ICMS no valor de R\$ 5.548,12, multa de 60% no valor de R\$ 3.328,87, perfazendo um total de R\$ 8.876,99, pelo cometimento da seguinte infração:

**Infração 01 54.005.002** - Falta de recolhimento do ICMS na primeira repartição fazendária da fronteira ou do percurso, sobre mercadorias destinadas a comercialização em exposições ou feiras, procedentes de outra unidade da Federação, não amparado por regime especial.

**Enquadramento Legal:** Art. 8º, § 4º, inciso I, alínea “b” da Lei 7.014/96 C/C art. 417 do RICMS, publicado pelo Decreto nº 13.780/2012.

Multa prevista no art. 42, II, “d”, da Lei nº 7.014/96.

Consta anexado ao processo: I) Termo de Ocorrência Fiscal nº 2321881041/22-2 (fl.3); II) cópia dos DANFES 209470 e 209488 (fls. 4/6) III) Cópia do documento do veículo e CNH do motorista (fl.11); IV) cópia do DACTE 2653271 (fl. 10).

O Notificado apresenta peça defensiva com anexos, às fls. 17/37. Falando inicialmente da tempestividade da impugnação.

Informa que a Notificada é empresa constituída no Estado da Bahia há vários anos e sempre procurou cumprir corretamente com suas obrigações fiscais, tendo as infrações, oras alvos de Defesa Escrita, incorrido em erro que as tornam nulas de todos os efeitos, seja fiscal ou legal. Assim, entende-se suprida de razões para comparecer perante o órgão administrativo competente para apresentar suas motivações de inconformismo, esperando no final, ver providas suas razões de ingresso.

Entende a Impugnante que a notificação em tela, não tem esteio tributário e ainda, as multas exponenciadas significam um enriquecimento ilícito do Estado, em ofensiva a igualdade das partes, sendo tal igualdade garantida pela Constituição Federal Brasileira, ao mesmo tempo solicita a suspensão da exigibilidade do tributo e da multa advinda do Auto de Infração até o julgamento, conforme o artigo 151 do CTN.

Diz que a Notificação Fiscal lavrada para exigir, equivocadamente, o recolhimento do ICMS Antecipado na primeira repartição fazendária, não se sustenta, pois, as mercadorias constantes nos DANFES são medicamentos de uso veterinário e estão isentas do ICMS no Estado da Bahia, conforme o art. 265, inciso CXVIII, do RICMS/BA. A lavratura da presente notificação demonstra

total insegurança jurídica por parte do Agente Fiscalizador, não fazendo nenhum sentido a cobrança do ICMS Antecipado, sendo que as mercadorias são isentas do ICMS no Estado da Bahia. Em vista dos fatos acima alocados, torna-se primordial a declaração de nulidade da Notificação Fiscal, e consequente inexigibilidade das multas aplicadas para a perfeita observação dos ditames legais e jurisprudenciais.

Requer que, seja regularmente distribuída e conhecida a presente Defesa Escrita, sendo processada pelo órgão competente, e após, seja, face a Nulidade total das infrações, pelos motivos acima desfilados. Esperando que a presente autuação seja julgada Improcedente, uma vez que padece a mesma de embasamento jurídico.

Não consta Informação Fiscal no processo.

É o relatório.

## VOTO

A Notificação Fiscal foi lavrada com o objetivo de cobrar o ICMS da antecipação parcial das mercadorias constantes nos DANFE'S 209470 e 209488, como está descrito no corpo da Notificação Fiscal, com o valor histórico de R\$ R\$ 5.548,12.

O Notificante em sua peça, acusa a Notificada tipificando-a na infração de falta de recolhimento do ICMS na primeira repartição fazendária da fronteira ou do percurso, sobre mercadorias destinadas a comercialização em exposições ou feiras, procedentes de outra unidade da Federação, não amparado por regime especial, e para tal se alicerça do enquadramento da: Art. 8º, § 4º, inciso I, alínea "b" da Lei 7.014/96 C/C art. 417 do RICMS, publicado pelo Decreto nº 13.780/2012.

Esse enquadramento do qual se baseou o notificante para cobrar a antecipação do ICMS, se mostra totalmente equivocado, o artigo 8º, § 4º, inciso I, alínea "b" da Lei 7.014/96 só se aplica para contribuintes não inscritos no Estado da Bahia e que deseja comercializar ou participar de feiras, eventos ou exposições dentro do Estado, sendo obrigados a recolher o ICMS antecipadamente, que não a situação do destinatário das mercadorias:

*Art. 8º São responsáveis pelo lançamento e recolhimento do ICMS, na condição de sujeitos passivos por substituição, devendo fazer a retenção do imposto devido na operação ou operações a serem realizadas pelos adquirentes, bem como do imposto relativo aos serviços prestados:*

*§ 4º Será devido o imposto por antecipação tributária, observado o disposto no § 6º do art. 23 desta Lei:*

*I - na entrada da mercadoria ou bem no território deste Estado ou no desembarque aduaneiro, tratando-se de: b) demais mercadorias destinadas a contribuinte não inscrito ou desabilitado no cadastro ou sem destinatário certo.*

*Art. 417. Na hipótese de contribuinte de outra unidade da Federação que pretender comercializar suas mercadorias em exposição ou feira neste Estado, será observado o seguinte.*

A empresa notificada tem cadastro ativo no Estado da Bahia, só estando descredenciado para o recolhimento do ICMS da Antecipação Parcial no dia 25 do mês seguinte, devendo pagar o imposto antes da entrada no Estado e deveria ter sido enquadrada na Alínea "b" do inciso III do art. 332 do RICMS, aprovado pelo Decreto nº 13.780/12, c/c Art. 12-A, inciso III do art. 23, art. 32 e art. 40 da Lei 7.014/96.

Além disso, na sua defesa, o Notificado fala que a presente lavratura não se sustenta, pois, as mercadorias constantes nos DANFES são medicamentos de uso veterinário e estão isentas do ICMS no Estado da Bahia, conforme o art. 265, inciso CXVIII, do RICMS/BA.

Conforme a consulta pelo notificante no momento da ação fiscal, a empresa notificada tem como atividade principal o CNAE – Comércio atacadista de alimentos para animais e conforme os dados constantes no DANFE, a empresa remetente é a ZOETIS Ind. Prod. Veterinários Ltda situada na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, especializada no tratamento de animais com enfoque principalmente na produção de vacinas.

O artigo 265, no inciso CXVIII, do RICMS/BA, estabelece que é isento do ICMS as saídas internas com os insumos agropecuários relacionados no Conv. ICMS 100/97, que é a situação das mercadorias relacionadas nos DANFES que conforme descrição, são produtos de uso veterinário para utilização na agropecuária.

*Art. 265. São isentas do ICMS:*

*CXVIII – as saídas internas com os insumos agropecuários relacionados no Conv. ICMS 100/97, exceto os previstos nos incisos LXIV e LXV do caput do art. 268 deste Decreto, observadas as seguintes disposições: a) o benefício fiscal de que cuida este inciso alcançará toda a etapa de circulação da mercadoria, desde a sua produção até a destinação final; b) o benefício fiscal não se aplica no caso de operação que não preencha os requisitos estabelecidos no convênio ou que dê ao produto destinação diversa da prevista como condição para gozo do benefício, caso em que o pagamento do imposto caberá ao contribuinte em cujo estabelecimento se verificar a saída,*

#### **CONVÊNIO ICMS 100/97**

***Reduz a base de cálculo do ICMS nas saídas dos insumos agropecuários que especifica, e dá outras providências.***

*O Ministro de Estado da Fazenda e os Secretários de Fazenda, Finanças ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal, na 35ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Política Fazendária, realizada em Brasília, DF, no dia 4 de novembro de 1997, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolvem celebrar o seguinte:*

#### **CONVÊNIO**

***Cláusula primeira*** Fica reduzida em 60% (sessenta por cento) a base de cálculo do ICMS nas saídas interestaduais dos seguintes produtos:

*I - inseticidas, fungicidas, formicidas, herbicidas, parasiticidas, germicidas, acaricidas, nematocidas, raticidas, desfolhantes, dessecantes, espalhantes, adesivos, estimuladores e inibidores de crescimento (reguladores), vacinas, soros e medicamentos, produzidos para uso na agricultura e na pecuária, inclusive inoculantes, vedada a sua aplicação quando dada ao produto destinação diversa; (Nova redação dada pelo Conv. ICMS 99/04).*

***Cláusula terceira*** Ficam os Estados e o Distrito Federal autorizados a conceder às operações internas com os produtos relacionados nas cláusulas anteriores, redução da base de cálculo ou isenção do ICMS, observadas as respectivas condições para fruição do benefício. (Nova redação dada pelo Conv. ICMS 99/04).

Como está devidamente comprovado, as mercadorias constantes nos DANFES relacionados são produtos de uso veterinário com aplicação na agropecuária e isentos para comercialização no Estado da Bahia não cabendo a cobrança da antecipação parcial.

Diante do exposto, resolvo julgar IMPROCEDENTE a Notificação Fiscal.

#### **RESOLUÇÃO**

Acordam os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar, em instância ÚNICA, **IMPROCEDENTE**, a Notificação Fiscal nº 298948.0122/22-9, lavrada contra **COMERCIAL CREMA E REPRESENTAÇÕES LTDA**.

Sala virtual das sessões do CONSEF, 30 de maio de 2023.

JORGE INÁCIO DE AQUINO PRESIDENTE

JOSÉ CARLOS COUTINHO RICCIO - RELATOR

JOSÉ ADELSON MATTOS RAMOS - JULGADOR